

O RACISMO RELIGIOSO DE MISSÕES CRISTÃS DE EXTREMA DIREITA ORIENTA O ETNOCÍDIO INDÍGENA

Damires dos Santos França

Graduação em Pedagogia e Ciências Sociais na UFRJ e doutoranda no PPGF/IFCS/UFRJ

Resumo

A marcha para o norte das novas missões religiosas cristãs realizadas em territórios indígenas vem promovendo, a partir de suas perspectivas eurocêntricas, conflitos de diversas ordens em sociedades ameríndias. As tentativas de subjugação das culturas dos povos originários além de interesses econômicos e políticos, procuram comprometer as identidades indígenas e suas práticas ancestrais. Entretanto, movimentose articulações indígenas estão cada vez mais conscientes sobre o uso da evangelização como forma de dominação de seus povos e, por isso, procuram desenvolver novas formas de resistências e retomadas. A força social criada pelos povos indígenas sobreviventes dos inúmeros genocídios perpetrados pelo “povo da mercadoria” (KOPENAWA, 2015) tem inspirado a construção de alternativas de enfrentamento ao colapso político e socioambiental projetado pela extrema direita.

Palavras-chave: Racismo religioso, extrema direita, etnocídio, povos indígenas, resistência.

Abstract

The northward march of the new christian religious missions carried out in indigenous territories has been promoting, from their eurocentric perspectives, conflicts of different orders in Amerindian societies. Attempts to subjugate the cultures of native peoples, in addition to economic and political interests, seek to compromise indigenous identities and their ancestral practices. However, indigenous movements and articulations are increasingly aware of the use of evangelization as a form of domination of their peoples and, therefore, seek to develop new forms of resistance and recovery. The social force created by indigenous peoples who survived the countless genocides perpetrated by the “commodity people” (KOPENAWA, 2015) has inspired the construction of alternatives to face the political and socio-environmental collapse projected by the extreme right.

Keywords: Religious racism, extreme right, ethnocide, indigenous peoples, resistance.

INTRODUÇÃO

A marcha para o norte das novas missões religiosas cristãs realizadas em territórios indígenas vem promovendo, a partir de suas perspectivas eurocêntricas, conflitos de diversas ordens em sociedades ameríndias. As tentativas de subjugação das culturas dos povos originários, além de interesses econômicos e políticos, procuram comprometer as identidades indígenas e suas práticas ancestrais.

O crescimento do fenômeno da extrema direita (ED) tem raízes profundas no fascismo histórico que, fundamentado numa visão eugenista e colonialista, defendia políticas de perseguição, encarceramento e extermínio de grupos sociais tidos como os causadores das crises socioeconômicas da época. A necessidade “de se colocar em oposição a algum tipo de Outro” (TRAVERSO, 2021, p. 48) é uma característica do fascismo que elegeu, principalmente, judeus, negros, ciganos, homossexuais e deficientes físicos como sendo os corpos estranhos e anormais a partir de uma visão mítica da raça superior, ou seja, a ariana.

Na atualidade europeia, o antissemitismo deixou de orientar as novas direitas por conta da centralidade do Holocausto na memória dos genocídios praticados durante a Segunda Guerra. Neste sentido, diferentes “outros” foram forjados pela direita radical como, por exemplo, os imigrantes não-europeus, os não-brancos e os não-cristãos estimulando a xenofobia e a islamofobia na Europa.

No Brasil, ao longo dos séculos, a gramática cristã que sempre produziu perseguição e segregação racial e social se traduziu na permanente desumanização dos grupos racializados. A nova direita potencializou o discurso de exclusão e ordem social a partir da idealização da branquitude brasileira que não concebe a ideia de perder algum de seus privilégios.

O RACISMO RELIGIOSO COMO ESTRUTURA DO GENOCÍDIO INDÍGENA

Segundo Sodré (2023), o racismo brasileiro se desenvolveu a partir das ideias fascistas vinculadas aos Movimentos Eugenistas que foram disseminadas nas colônias por políticos e intelectuais homens e brancos como forma de conter a mestiçagem vista como uma degeneração da espécie e da sociedade. Neste sentido, a forma deste racismo modernofascista é o antissemitismo estendido aos negros da Guiné, em referência aos negros sequestrados da África, recém libertos da escravidão e aos negros da terra (os indígenas) impostos à assimilação cultural do colonizador e ao mundo do trabalho.

A violência das *plantations* escravistas do colonialismo e imperialismo não eram apenas uma forma de punição mas uma forma de intimidação, de subjugação de vidas percebidas como não-vidas, mas ferramentas (MBEMBE, 2020). Assim como os aldeamentos, as senzalas e os campos de concentração foram engrenagens construídas para transformar homens em animais, em “escravos, despojados de qualquer direito, expostos a qualquer injúria, destinados a uma morte quase certa” (LEVI, 1988, p. 55).

A gramática racista fascista que organizava o mundo através de classificações e hierarquias, segundo o modelo branco, criou uma normalização inquestionável da superioridade social, intelectual e política ligada à branquitude tal como a manutenção de percepções, auto-percepções e estereótipos negativos ligados aos não-brancos que se estende até os dias atuais.

As camadas sociais brancas, apelando ao discurso liberal de igualdade de direitos numa sociedade desigual¹¹, sempre questionaram as políticas de direitos desencadeadas no período da redemocratização. Seu descontentamento, no entanto, se acentuou a partir das políticas voltadas para a justiça social de redistribuição de renda e de ação afirmativa adotadas pelos governos neoliberais progressistas (FRASER, 2021, p. 21). O mito da democracia racial tem fundamentado as

¹¹ O IBGE em 2019 informou que 75% dos negros são pobres e 70% dos brancos são ricos e, em 2022, divulgou que a renda dos brancos é o dobro das de pretos e pardos.

percepções das camadas mais privilegiadas no entendimento da meritocracia como causa da sua posição social.

A visão meritocrática fundamenta uma ética econômica (ALMEIDA, 2019) identificando os mais pobres na sociedade democrática, que por “coincidência” são negros, pardos e indígenas, como sendo os mais beneficiados pelas políticas governamentais. Isso, segundo os meritocratas, promove uma injustiça com os indivíduos que não têm “os atributos de uma pessoa socialmente vulnerável”. No entanto, as camadas sociais mais empobrecidas precisam estar conectadas com este pensamento de naturalização das desigualdades, ou seja, como próprio da sociedade.

Nesse sentido, a religião assume um papel importante na coesão entre as diferentes camadas sociais e raciais. As igrejas cristãs, mais especificamente as evangélicas neopentecostais que cresceram durante as gestões de governos democráticos, se mobilizaram em torno das ideias da extrema direita seguindo a lógica conservadora dos costumes e a teologia da prosperidade de encorajamento e estímulo aos fiéis na força empreendedora de si mesmos. A igualdade social não estando mais no seu horizonte de utopia permitiria levar o indivíduo a crer que sua ascensão se realizaria “entre relações de desigualdade” (ALMEIDA, 2019, p. 33), a partir do seu esforço pessoal vinculado ao mérito divino.

Desta maneira, grupos historicamente discriminados e perseguidos, apartados de qualquer tipo de reciprocidade, de direito, de emancipação deveriam permanecer no lugar dos marginalizados. Sendo assim, se tornaram alvos preferenciais da necropolítica (MBEMBE, 2018), ou seja, encarcerados nas prisões, mantidos fora das escolas e universidades, fora dos lugares de poder e fora das suas terras originais.

A extrema direita no poder tende a seguir um modelo de retórica política pautada na ideia da existência de um conspiracionismo, de um inimigo do povo, que por interesses escusos, determina a história e as ações dos governos. Os fatos históricos passam a ser questionados, revisados e reinterpretados por grupos que

negam o Holocausto, o fascismo histórico, a escravidão colonial ou a existência e o genocídio dos povos originários¹².

A relativização do passado levou pessoas a acreditarem que a emergência de governos de exceção como a Alemanha nazista, os EUA antiterrorista ou a ditadura militar no Brasil foram as únicas opções políticas viáveis para o combate a um mal maior (TRAVERSO, 2021). A linguagem e a estética da guerra e do ódio se tornaram cada vez mais presentes nas sociedades atuais. Judeus conservadores brasileiros, convertidos ao bolsonarismo, que aplaudiram cumplicemente as falas racistas e cruéis¹³ do seu candidato à presidência em relação aos indígenas e quilombolas, não imaginariam que casos de violências antissemitas e neonazistas fossem aumentar cerca de 408% durante o governo Bolsonaro, ou seja, entre 2019 e 2022 foram 169 casos somados (GHERMAN; EFRAIM, 2022).

Nada mais acertada a análise de Sontag (2003) ao perceber que a dor do Outro, que é diferente e está distante espacial, histórica e culturalmente, não evoca sentimento de empatia. Ao contrário, numa sociedade do espetáculo, comumente gera uma banalização da sua miséria e morte (SONTAG, 2003).

A necessidade dos negacionistas de falsear a realidade e contestar os fatos históricos demanda o incentivo do discurso anti-ciência. A universidade e seus pesquisadores passaram a ser depreciados e caluniados porque, ao usarem do método científico na busca do conhecimento, constantemente desmascaram as inverdades e desinformações disseminadas nas redes sociais por estes extremistas. O negacionismo, para Pasternak (2022), não é resultado de uma “ignorância inocente. [...] É uma mentira que nega a realidade para promover ideologia, política ou religião” (PASTERNAK, 2022, p. 276).

¹² No livro *A Farsa Yanomani* publicado pela Editora da Biblioteca do exército – BIBLIEX em 1995, o General Carlos Alberto Lima Menna Barreto “comprova”, a partir de sua experiência como militar servindo na Amazônia e revelando documentos (sem referências) do envolvimento de ONGs e seus interesses econômicos com políticos na demarcação da Terra Indígena Yanomami que não existiam enquanto povo originário.

¹³ Bolsonaro, em palestra na Hebraica, defendeu a existência de raças boas e ruins no mundo sendo os quilombolas e indígenas exemplares das últimas e cometeu crime de racismo ao animalizar o corpo negro.

Sobre esta questão, em relação aos povos originários, a extrema direita brasileira tem sido bastante habilidosa. Aciona a visão anti-indígena que organizou o imaginário coletivo da sociedade brasileira com intuito de combater os direitos sociais e políticos assegurados a eles, pela primeira vez, na Constituição de 1988. É desse modo que se naturaliza a invisibilização desses povos na sociedade, na história e na memória social para garantir o sucesso das narrativas falsas criadas sobre eles/as.

Muitas vezes o racismo, a escravidão e movimentos de resistências não são associados à história dos povos indígenas. O silêncio historiográfico sobre estes povos tende a reforçar “a narrativa da extinção que coloca os indígenas num lugar pertencente ao passado” (KRENAK et al., 2019, p. 2163). Salvo pontuais historiadores, a grande maioria dos pesquisadores sobre os ameríndios são antropólogos que, até bem pouco tempo atrás, os percebiam como objeto de estudo e não como partícipes de suas pesquisas¹⁴.

A invisibilização dos indígenas é tão intensa que a Lei 10.639 de 2003, visando a educação para as relações étnico-raciais nas escolas, tornava obrigatório, apenas, o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar. Após cinco anos, o ensino da história e cultura indígena foi aprovado e sancionado pela Lei 11.645/2008.

O racismo, desde os primórdios, vem garantindo o apagamento sócio-histórico dos povos indígenas e facilitando o processo civilizador colonial pautado na extração das forças humanas e não-humanas transformadas em lucro. Por isso, Krenak (2021) afirma que as guerras entre os homens brancos e os indígenas nunca acabaram e são permanentes.

Para Munduruku (2012), os genocídios indígenas precisam ser contados e estudados principalmente nas escolas indígenas que, muitas vezes, seguem as

¹⁴ Exemplo dessa queixa por parte dos indígenas, foi a produção do livro clássico *História dos índios no Brasil*, lançado em 1992, que não teve participação de autores indígenas somente de especialistas e indigenistas formados “na academia hegemônica, já denunciada como um ‘confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro’” (KRENAK et al, 2019, p. 265)

diretrizes curriculares das secretarias de educação municipais e estaduais. É imprescindível saber que a escravidão indígena não acabou com a promulgação da lei de abolição em 1758¹⁵ em lugares onde o tráfico negreiro não tinha rentabilidade econômica e que inúmeros grupos ameríndios foram exterminados durante os governos monárquicos e republicanos em nome das guerras justas do progresso¹⁶.

Durante a Ditadura Militar, como ressalta Valente (2017) através de seu extenso trabalho de pesquisa em arquivos liberados pelo governo federal apenas em 2012 e de entrevistas com os sobreviventes e testemunhas de massacres, ao menos 8.350 pessoas ameríndias foram mortas¹⁷. Políticos, militares/policiais, fazendeiros, grileiros e garimpeiros realizaram massacres por envenenamento, esbulho de terras, remoções forçadas de seus territórios, contágios por doenças infectocontagiosas disseminadas propositalmente, prisões, torturas e maus tratos (BRASIL, 2014).

Instituições criadas para a proteção dos indígenas, devido à pressão internacional, como o Serviço de Proteção ao Índio - SPI e, posteriormente, a

¹⁵ No livro *Diário da Amazônia*, Roberto Casement, líder irlandês de luta contra o colonialismo inglês, relata sua experiência de investigação, entre 2010 e 2011, sobre a existência de trabalho escravo no Brasil. Ao chegar em Putumayo, verificou inúmeras violências infligidas aos povos indígenas da região amazônica pelo comércio extrativista da borracha. Relata que “(...) o índio não tem parte no contrato. É caçado, perseguido, vigiado, açoitado, tem a comida roubada, suas mulheres violadas e forçado a aceitar ‘trabalhar’ para a companhia”.

¹⁶ Segundo o Conselho Indigenista Missionário -CIMI, cerca de 1,4 mil povos foram extintos no Brasil desde a chegada dos colonizadores portugueses em 1500. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2023/06/20/indigenas-em-contexto-urbano-buscam-identidade-e-usam-autodeclaracao-para-assegurar-direitos/>>.

¹⁷ O relatório da Comissão Nacional da Verdade, criada para apurar e esclarecer violações aos direitos humanos com o objetivo de efetivar o direito à memória e a verdade histórica, identificou que do total de indígenas mortos, 3500 eram da etnia Cinta-larga, 2.600 do povo Waimiri-Atroari (AM), 1.180 dos Tapayuna (MT); 354 dos Yanomami (AM/RR); 192 dos Xetá (PR); 176 dos Panará (MT); 118 dos Parakanã (PA); 85 dos Xavante Marãiwatsédé (MT); 72 dos Araweté (PA) e 14 dos Arara (PA). Vale lembrar que o extermínio dos Cintas-largas ficou conhecido como o Massacre do Paralelo 11 e foi promovido pela empresa seringueira Arruda Junqueira & Cia, em 1963 através do lançamento de dinamites e bombas de Napalm de avião sobre a aldeia, bem como a distribuição de comida envenenada, matança por tiros ou facões evidenciando os crimes cometidos pelo Estado Brasileiro. Disponível em: <[63](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64384247#:~:text=No%20cap%C3%ADtulo%20Viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos,%20%2D%20118%3B%20Xavante%20Mar%C3%A3iwats%C3%A9d%C3%A9%20>.>>.</p></div><div data-bbox=)

Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI eram conhecidas como “amansadores de índios porque atuavam para a pacificação e integração do índio à sociedade nacional”. Aos que permanecessem arredios, autorizavam a realização das “correrias, verdadeiras caçadas humanas nas matas, muitas vezes resultando em covardes massacres” (VALENTE, 2017, p. 9). Não muito diferente do trabalho dos bandeirantes, sertanistas e bugreiros, ao longo dos séculos XVI ao XIX, que avançaram para o interior do país deixando um rastro de escravização e mortes.

Essas histórias sempre foram relegadas ao esquecimento e percebidas como dores menores. Krenak (2019) critica a própria Comissão Nacional da Verdade pela escolha de inserir a questão indígena, apesar da enorme quantidade de mortes durante a Ditadura Militar, nos eixos temáticos, enquanto o capítulo dos Mortos e Desaparecidos Políticos centralizava sua indignação.

Não é à toa que a maioria das violências cometidas contra os indígenas, ainda hoje, ficam sem punição. Aquelas que foram praticadas no governo militar prescreveram e as atuais, poucos dão importância. Quando crimes são relativizados e ficam impunes, criam-se condições para que se repitam e o ciclo de violência contra o Outro permaneça como norma. Em vista disso, Traverso (2021) ressalta que a desistorização dos conflitos promove a construção de democracias frágeis, como a brasileira. Nesta direção, o ministro da defesa do governo Bolsonaro, general Walter Braga Netto, declarou, sem constrangimento, em evento comemorativo à Ditadura Militar que a mesma garantiu a estabilidade econômica, a paz e o fortalecimento da democracia¹⁸.

Em 2021, O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), após levantamento de dados junto às aldeias, identificou em seu relatório um agravamento no cenário de violência contra os povos originários durante o governo da extrema direita. Constataram progressivos aumentos anuais de casos de assassinatos, estupros, suicídios, invasões e exploração ilegal em Terras Indígenas -TIs por grileiros e

¹⁸ Evento amplamente divulgado pela mídia e criticado pela sociedade. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/30/ordem-do-dia-braga-netto-golpe-64-fortaleceu-democracia.html>>.

latifundiários. Lideranças indígenas, indigenistas e defensores dos direitos humanos correram muito mais riscos entre os anos de 2019 e 2022, segundo dados das organizações Terra de Direitos e Justiça Global, houve 1171 casos de violência com 169 homicídios, dentre eles o de Bruno Pereira e Dom Phillips.

O projeto genocidário do governo de extrema direita resgatou o *modus operandi* do Plano de Integração Nacional – PNI do Governo Médici de 1971 para a política indígena. Durante a pandemia de COVID-19, deixou inúmeros povos indígenas sem vacinação, sem acesso a remédios, comida e água devido à fuga das caças por causa do barulho constante das máquinas dos madeireiros e garimpeiros e à contaminação dos rios e peixes por mercúrio, respectivamente.

Podemos concluir que esta crise humanitária foi consentida intencionalmente pelos governos (federal, estaduais e municipais) que defendem e praticam uma política de extrema-direita. No entanto, há um debate jurídico sobre se tal situação pode ou não ser denominada de genocídio evidenciando que a Lei do Genocídio, existente desde 1956, ainda passa por restrições de aplicabilidade no país, principalmente no que diz respeito aos indígenas. Tal cenário nos remete ao debate travado entre Las Casas e Gines de Sepúlvedanos anos de 1492 a 1552 na Espanha (GROSFOGUEL, 2016) sobre a humanidade dos “índios” traduzida na existência ou não de alma.

Diante da persistência da mentalidade eurocêntrica na sociedade brasileira, imposta através das diferentes formas de colonialismos (religioso, militar, econômico, cultural, tecnológico) como o paradigma correto, verdadeiro e, portanto, universal, a visão sobre o indígena ainda é pautada numa percepção binária sobre o Outro (QUIJANO, 2005). Ou seja, o indígena ainda é um ser que precisa ser tutelado pelo Estado por estar em situação de primitivismo civilizatório, de incapacidade de sobrevivência autônoma e de proteção do seu território.

O processo colonizador de países da América Latina, como o Brasil, inventou diversas formas de manutenção da colonialidade do poder, do saber e do ser. Uma delas foi a criação abstrata da categoria raça que legitima noções e práticas de relações pautadas num antagonismo e hierarquias religiosas, biológicas e

intelectuais entre os seres humanos bem como estratégias de sujeição, coerção social e dominação em coerência com o discurso da guerra permanente.

Sociedades racializadas, como a brasileira, são resultado desta história de longa duração no qual o racismo sempre foi utilizado como critério de distinção e ascensão social mantendo-se como característica norteadora das relações sociopolíticas. A necropolítica impõe linhas divisórias entre zonas do ser e do não-ser (FANON, 2008) que se interseccionalizam a partir das relações hierárquicas de dominação estabelecidas segundo a raça, a etnia, a classe, sexualidade e gênero dos indivíduos. Nestas zonas do não-ser, o habitat colonial- violento, inseguro, degradado ambientalmente – é normalizado e está presente nas vidas da maioria da população.

O genocídio de diversos povos - suas culturas e saberes - sempre foi uma tática de guerra e se mantém atualmente. Corpos indesejados, não “normais”, não-brancos, pobres, não-capitalistas podem ser exterminados assim como suas faunas e floras.

AS MISSÕES RELIGIOSAS COMO PROJETO DA COLONIALIDADE DA EXTREMA DIREITA

A atual marcha para o norte que se concentra na busca de novas regiões para a expansão do capitalismo financeiro, demandando recursos minerais para alimentar as tecnologias informacionais, terras e água para o agronegócio, vem encontrando barreiras: os indígenas.

O colonialismo, que sustentou as diferentes etapas do capitalismo, sempre se utilizou da violência para expulsar e aniquilar os povos nativos. O medo da morte e da escravidão foram métodos usados com o propósito de assegurar o assalto aos territórios para consumo europeu e das elites locais. A fuga, como uma das estratégias de sobrevivência, deixava áreas livres para a pilhagem. É importante lembrar que lutas e resistências dos povos subjugados durante todo o processo

colonizador existiram, mas foram relegadas ao esquecimento pelas instituições oficiais no uso dos seus biopoderes.

No entanto, com a tentativa de construção do Estado democrático a partir do fim do Regime Militar, os povos indígenas começaram a se articular e a exigir que seus direitos estivessem escritos na constituição. Eles não confiavam na palavra do homem branco tal como afirmava o ex-deputado Mário Juruna que andava pelo Congresso com um gravador empunho. Dentre estes direitos, a demarcação de TIs é basilar porque promove a sobrevivência física e cultural dos povos originários. Por isso, a pressa na aprovação do PL490 que prevê alterações nas regras de demarcação de terras a partir de um marco temporal recente não se baseando nas Histórias de migrações forçadas.

Diante deste quadro de tensão e da predisposição das diversas etnias indígenas em permanecerem na luta por seus territórios, uma nova, porém antiga, estratégia de pacificação dos ânimos se realiza pela inserção da religião dominante nas áreas cobiçadas pelo capital.

Segundo Almeida (2019) a aliança da extrema direita com as igrejas cristãs católicas e evangélicas foi decisiva para a vitória de Bolsonaro à presidência da República. Além disso, também se verificou o crescimento das bancadas do boi, da bala e, obviamente, da bíblia nas diferentes câmaras políticas do país. Elas convergiam em pautas conservadoras e moralistas, de segurança, ordem e de prosperidade econômica proveniente do merecimento e esforço individuais. O olhar racista e excludente sobre a cultura e religião de outros grupos sociais propagado nos cultos moldava a visão dos fiéis em torno de um misticismo religioso. Ainda que esses fiéis fossem negros e pobres. Passaram a crer na necessidade de um líder que salvaria a nação dos inimigos, ou seja, os comunistas, os pagãos e os preguiçosos que atrapalham o crescimento do país. Construiu-se um consenso em torno do filosemitismo, expressado com a adoção da bandeira do Estado de Israel ou a estrela de Davi, para guiar as sociedades decadentes, em crise de valores e de identidade. O não judeu se orientaria pela meta do Israel imaginário, “visto como

um país de brancos europeus, bem-sucedido economicamente, religioso e tradicionalista (judeu e cristão), armado e militarizado” (GHERMAN, 2022, p. 89).

O ethos evangélico, conforme Cunha (2009), se organizaria como uma forma de proteção e cura para os desamparados pelo sistema e de retomada de um passado idílico perdido nas mudanças sociais trazidas pela modernidade. Este modo de ser, segundo pesquisadora, foi adotado, inclusive, entre traficantes de favelas como a de Acari no Rio de Janeiro. Garimpeiros, também tocados pela crença do enriquecimento consagrado através da fé, se percebem enquanto empreendedores de um negócio que esquerdistas, ambientalistas e ONGs internacionais querem excluí-los. Esta visão conspiracionista é reavivada por Bolsonaro em várias ocasiões, inclusive durante cultos evangélicos.

O sentimento anti-indigenista foi sendo construído e disseminado, principalmente por políticos religiosos que seguem este modelo binário de concepção de mundo. Aos indígenas alinhados à cultura judaico-cristã capitalista produtivista é permitido o acolhimento mas com participação limitada porque ainda não são considerados seres humanos evoluídos, como verbalizou Bolsonaro em uma live sobre a criação do Conselho da Amazônia para tratar da segurança das TIs. Na mesma lógica, os povos indígenas que resistem às tentativas de expropriação de seus territórios e cultura seriam rejeitados porque seriam falsos indígenas.

Na produção audiovisual “Cortina de Fumaça” realizada pelo canal de Youtube BrasilParalelo, fica evidente a construção de um discurso de ódio em torno dos indígenas, percebidos e apresentados de forma genérica e em estado de natureza porém se beneficiando do acesso aos bens criados pelos não-indígenas tais como panelas, roupas e tecnologias. Para dar veracidade documental, o vídeo apresenta imagens e fatos “reais” sobre os temas principais- indígenas e agronegócio. Inclui entrevistas com “especialistas e autoridades” que dão credibilidade ao roteiro a partir de um discurso parcial e fragmentado vinculado à pauta religiosa dos costumes.

A composição do cenário adapta a positividade produtivista do campo realizada por trabalhadores descendentes de europeus, de origem alemã ou italiana,

à modernidade científico-tecnológica. Os indígenas aparecem como seres inocentes manipulados por antropólogos e ambientalistas que teriam, por objetivo, a construção de uma divisão social pautada na luta de classes com base étnica levando os diferentes povos nativos a se separarem dos brancos e do mundo de possibilidades econômicas.

Durante as quase duas horas de vídeo, o agronegócio é apresentado, por homens brancos proprietários de terras ou alinhados à mentalidade neoliberal, como a solução para a fome no Brasil e no mundo. O país, segundo eles, possui 66% de terra intocada pelo homem, mas que não podem ser utilizadas porque ambientalistas, que representam conglomerados internacionais, convenceram governos brasileiros a transformá-las em parques nacionais e unidades de conservação. Criticam a Lei do Código Florestal, que foi aprovada, inclusive, pela bancada ruralista, ao impor áreas de preservação em propriedades privadas.

Inconformados com a situação de “perseguição” ao agronegócio feita pela mídia, ONGs e setores do próprio governo como Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, os entrevistados, muitos deles ligados ao bolsonarismo, afirmam a inexistência de desmatamentos e queimadas nas florestas. Alguns deles informaram que ao cruzarem a Floresta Amazônica de avião constataram uma vastidão verde intacta. Aldo Rebelo, que já foi do PCdoB e ministro nos governos Lula e Dilma, aparece apoiando esta visão da extrema direita afirmando que muitas queimadas identificadas pelos satélites são provocadas pelos próprios “índios” como um tipo de manejo agrícola de baixa tecnologia, “primitivo, da coivara para limpar a terra”.

A visão generalista carregada de estereótipos racistas sobre os povos originários está sempre presente no “documentário”, a começar pela acusação de infanticídio feita pela ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do Governo Bolsonaro, Damares Alves, aos indígenas. Tais “práticas culturais nocivas”, conforme seu relato, seriam, na verdade, um exercício coercitivo da aldeia sobre as mulheres indígenas que tenham gerado crianças com deficiência ou sejam consideradas mães solteiras.

Outro caso denunciado pelos produtores do filme diz respeito ao Ritual do Puxirumou Moitará, que seria um mutirão sexual de violência contra meninas ou mulheres indígenas escolhidas aleatoriamente em alguns grupos indígenas.

Sobre estes casos, o Ministério Público Federal- MPF abriu processo contra os denunciantes por terem construído conteúdo falso para manipulação da opinião pública utilizando crianças e adultos da etnia Karitiana na encenação do suposto infanticídio uma vez que este povo não realiza tal prática. Em relação à segunda “denúncia”, outro processo foi iniciado pelo MPF acerca da disseminação de mentiras sobre os mutirões realizados por várias etnias indígenas, que nada mais são do que iniciativas coletivas de ajuda entre as aldeias na limpeza do roçado pelos homens para, em seguida, as mulheres começarem a plantar.

Para Fernando Costa, ex-assessor do ministério de Direitos Humanos e líder da Frente Integralista Brasileira, o relativismo cultural tem justificado os crimes praticados nos costumes tradicionais dos povos originários e isso, segundo ele, não deve ser mais tolerado nos tempos atuais. Nesta perspectiva, inúmeras missões religiosas em terras indígenas se tornaram presentes para disseminar a religião verdadeira. A ONG ATINI- Voz pela Vida, fundada por Damares Alves, trabalha no sentido de reverter práticas tidas como “nocivas” pelas igrejas nas aldeias, principalmente as isoladas, através de apoio e projetos de conscientização aos/às indígenas sobre os seus direitos, assistência às meninas e mulheres indígenas e prevenção ao infanticídio nas terras indígena.

A ONG da pastora mantém fortes vínculos com o órgão autointitulado de Utilidade Pública Federal JOCUM (Jovens Com Uma Missão) com sede nos EUA e ligada ao movimento religioso de extrema direita cujo objetivo é “transformar universidades, escolas, nações e a realidade de crianças órfãs em vulnerabilidade” (JOCUM, 2023, s.p.).

A ênfase missionária orienta as atividades da JOCUM que está presente em 75% dos países no mundo e, no Brasil, possui 67 escritórios e Centros de Treinamento Missionários operando com 1500 missionários. Alguns deles estão na região amazônica junto ao programa específico intitulado Alcance Amazônico com

o “objetivo principal de trabalhar a prevenção de violências intrafamiliares por meio de oficinas e palestras nas escolas e comunidades ribeirinhas e quilombolas”. Nisso também inclui ministrar o evangelho ao longo dos rios da região amazônica em barcos da Marine Reach Global que realizam o mesmo trabalho em outros 25 ilhas do Caribe, Pacífico e Atlântico desde 2015.

Como evidencia Ferreira (2022), a importância dessas missões para a política da extrema direita é poder, a partir de uma “perspectiva de dominação imperialista”, impor seu estilo de vida American Way of Life, liderado por homens “brancos, ricos, evangélicos, heterossexuais e caridosos” (FERREIRA, 2022, s.p.), a outras culturas e lugares pelo mundo.

Todo este empreendimento de levar a palavra de Deus aos povos não cristãos é financiado por grupos evangélicos que pertencem ao The Send vinculado ao Capitol Ministries que é um grupo cristão norte-americano organizado para fazer “discípulos de Jesus Cristo na arena política em todo o mundo” com a intenção de usarem a bíblia para o projeto político religioso fundamentalista neoliberal da extrema direita, agora com uma filial no Brasil. A evangelização seria a principal estratégia para colonizar e explorar outros territórios garantindo a força econômica e política do movimento que tem se espalhado por toda a América Latina.

As consequências destas investidas missionárias sobre a vida dos povos originários têm sido catastróficas, seja pelas mortes provocadas por doenças transmitidas durante as tentativas de contatos ou pela mudança alimentar impostas às aldeias pelos evangelizadores. A interferência já está modificando crenças, casamentos, rituais e festas religiosas que usam bebidas fermentadas. Segundo Merlino (2020), rituais de passagem de meninas da etnia Banawá têm se transformado em festas com doces e balões.

O desaparecimento da identidade de grupo, a perda da cultura e das terras ancestrais dos povos originários assegura a forma social pensada e construída pela branquitude. O genocídio físico-epistemológico indígena atual é consequência da permanência do paradigma colonialista e racista na sociedade brasileira que orienta

todas as relações sociais e institucionais do país garantindo a estabilidade hierárquica de dominação das classes dirigentes composta por famílias brancas.

A religião, enquanto instituição, assegura o avanço das zonas de sacrifício humano e não-humano das novas Entradas e Bandeiras no rastro de recursos minerais e territórios para cercamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XXI teve início com inúmeras crises socioecológicas (DAVIS, 2020) oriundas das escolhas político-econômicas adotadas no século anterior e do racismo institucional que produz e reproduz as estruturas desiguais da sociedade capitalista. A intolerância religiosa promovida por estas missões vem promovendo conflitos internos nas aldeias entre os indígenas convertidos ao cristianismo e os que resistem. A introdução da visão individualista e monetarista está se tornando dominante em relação às coletivistas pautadas no parentesco e, cada vez mais, cria situações de desigualdades nas e entre aldeias.

O filme-documentário Ex-pajé (2018) já trazia a questão da permanência da prática de etnocídio dos povos indígenas, suas culturas, suas filosofias, língua, conhecimento científico e religioso. A evangelização dos povos originários e seus descendentes tem atingido suas identidades de forma agressiva. No filme, o pajé da aldeia perde sua autoridade de líder espiritual para um pastor evangélico que o subjuga ao cargo de vigia da igreja para se manter como membro da comunidade. Todo seu conhecimento da floresta, das ervas medicinais e poder xamânico foi desprestigiado porque suas práticas religiosas foram demonizadas pelo pastor recém chegado à aldeia.

Embora pareça que o modelo de humanidade universal criado por e para brancos e pelo ocidente esteja sendo eficiente na construção de outros habitats coloniais (FERDINAND, 2022), formas de resistência vêm surgindo e se estruturando globalmente. Por isso, a extrema direita ganhou espaço político e financiamento econômico por parte dos representantes do grande capital na disputa

pela hegemonia governamental e suas instituições em diferentes países. Recorrendo ao controle e à repressão da necropolítica estatal, setores sociais reacionários nacionais ressentidos e alimentados pelos discursos de ódio e medo procuram manter seus ameaçados poderes.

Desde a década de 60 as ideias e lutas pela descolonização racial, política e econômica motivaram o surgimento de inúmeros movimentos da sociedade civil críticos às condições injustas de vida e morte das populações pobres e periféricas do mundo e da Natureza.

Traverso (2021, p. 250) realça a importância das barricadas em Paris, do movimento Occupy Wall Street, o ressurgimento dos movimentos de trabalhadores, entre outros, na tessitura “de alternativas ao redor do mundo” na construção de projetos anti-neoliberais e antirracistas. Os movimentos negros e indígenas surgiram para cobrar coerência ao humanismo branco europeu sobre as ideias de liberdade e igualdade relacionadas aos corpos não-brancos excluídos da História, dos postos de poder e saber.

Mbembe (2018, p. 280) afirma que o mundo só pode durar “quando o desejo de vida se tornar a pedra de toque de um novo pensamento da política e da cultura” apoiado no respeito à diferença do Outro. Krenak (2019), com esta mesma compreensão, declaram desconfiança nos discursos que pregam o fim do mundo porque, geralmente, carregam a finalidade de “fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos” e “limitar a capacidade de invenção, criação, existência e liberdade”.

As mobilizações e resistências contra as formas autoritárias e reacionárias da extrema direita atual têm se expandido. No Brasil, jovens indígenas, negros/as, judeus/ias criaram coletivos e canais em redes sociais para protestarem contra a gramática racista e antissemita propagada pelos grupos da direita radical através da desinformação e do negacionismo histórico. Os movimentos de enfrentamento ao racismo têm se mostrado relevantes na demanda e difusão da educação antirracista e de pesquisas sobre branquitude.

As escolas, apesar do desprezo percebido em projetos como Escola Sem Partido e Homeschooling, continuam sendo um espaço onde a laicidade e o conhecimento científico devem orientar as relações de ensino-aprendizagem. A Lei nº11.645/08 (BRASIL, 2008) aprovou o estudo da história e culturas indígena e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio tanto em escolas públicas quanto privadas do país. Por sua vez, as instituições de ensino superior, mesmo após a implementação de políticas de ações afirmativas - cotas, bolsas e auxílios, ainda precisam realizar as reformas curriculares de seus cursos que mantém a invisibilização histórica dos povos tradicionais e originários bem como a produção acadêmica de intelectuais negros e indígenas.

Somente através do debate sobre os conflitos e de uma aproximação com a memória e cultura do Outro que se pode romper com as construções imaginárias de longa duração que reproduzem estereótipos, discriminações e lugares sociais fixos. As novas gerações de indígenas, ao tomarem contato com a história e a luta dos seus povos, passam a desenvolver orgulho da sua identidade quando constatarem que a condição de mestiço, caboclo ou pardo ao qual foram submetidos foi construída para eliminar suas culturas e costumes.

A autodeclaração dos indígenas em contexto urbano ampliou o número da sua população nos dados preliminares do Censo de 2022 (IBGE, 2022) em 95%, comparado ao Censo de 2010 (IBGE, 2010), evidenciando um surpreendente sentimento de pertencimento às suas origens étnicas. O protagonismo indígena na luta por direitos e políticas públicas contribuiu para a elevação da autoestima individual e coletiva garantindo a adesão de novos aliados para continuar o trabalho nas organizações criadas para preservar os saberes étnicos, sociais e políticos de seus povos.

Com o espírito do otimismo da vontade, os povos indígenas permanecem lutando agora, não apenas para sobreviverem, mas para se inserirem nos espaços de poder e saber. A força social criada pelos povos indígenas sobreviventes dos inúmeros genocídios perpetrados pelo “povo da mercadoria” (KOPENAWA, 2015) tem inspirado a construção de alternativas de enfrentamento ao colapso político e

socioambiental projetado pela extrema direita. As resistências sempre emergiram em todas as épocas e em diferentes os cantos do planeta e continuam na última floresta no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ricardo. Deus acima de todos. In: ABRANCHES, Sérgio (Org). Democracia em risco? São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>>.

BRASIL. Lei 11645, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.html>.

CUNHA, Christina Vital. Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo sócio-antropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no Complexo de Acari. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PPCIS, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DAVIS, Mike. A peste do capitalismo: coronavírus e a luta de classes. São Paulo: Boitempo, 2020.

EX-PAJÉ. Direção: Luis Bolognesi. Produção Buriti Filmes e Gullane. Brasil, 2018.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo contemporâneo. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, Eli Couto. Chegou a nossa hora Brasil! A influência político/ religiosa do movimento “The Send” na juventude evangélica brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2022.

FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. São Paulo: AutonomiaLiterária, 2021.

GHERMAN, Michel. O não judeu judeu: A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo, 2022.

GHERMAN, Michel; EFRAIM, Anita. Casos de antissemitismo crescem no governo bolsonaro. Folha de São Paulo on line. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/casos-de-antissemitismo-crescem-no-governo-bolsonaro/>>.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios

do longo século XVI. Revista Sociedade Estado, v. 31, n.1, jan-apr,2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características Gerais dos Indígenas – Resultados do Universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características Gerais dos Indígenas – Resultados do Universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JOCUM. Conheça a JOCUM. JOCUM, 2023. Disponível em: <<https://jocum.org.br/quem-somos/conheca-a-jocum/>>. Acesso em: 18/07/2023.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Entrevista. In: MILANEZ, Felipe; SANTOS, Fabricio Lyrio. (Orgs.). *Guerra da Conquista*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021.

KOPENAWA, Albert; BRUCE, Davi. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania e estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERLINO, Tatiana. *Missões evangélicas avançam na Amazônia e põem em risco povos indígenas e tradições ancestrais*. Disponível em: <<https://bocado.lat/pt/missoes-evangelicas-avancam-na-amazonia-e-poem-em-risco-povos-indigenas-e-tradicoes-ancestrais/>>.

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe Sotó Maior; RAMOS, Elisa Urbano; JESUS, Gelson dos Santos de. *Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas*. *Revista Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2019, p. 2161-2181.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

PASTERNAK, Natalia. *Negacionismo da ciência e do Holocausto: estratégias e consequências*. In:

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHUSTER, Karl; GHERMAN, Michel; FERREIRO-VÁSQUEZ, Óscar (Orgs.). Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente. Recife: Edupe, 2022.

SODRÉ. Muniz. O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TRAVERSO, Enzo. As novas faces do fascismo. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

VALENTE. Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.